



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI)
Nº 13/2009

Dispõe sobre alterações na Resolução do Consuni
N.º 09/2005 - Regimento Interno do Conselho
Diretor do *Campus* de Tocantinópolis.

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão ordinária no dia 23 de abril de 2009, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar as alterações na Resolução do Consuni N.º 09/2005 - Regimento Interno do Conselho Diretor do *Campus* de Tocantinópolis, como a seguir:

I – No regimento, **onde se lê** “Coordenador de *Campus*, **leia-se** “**Diretor de *Campus***;

II – No art. 4º, inciso IX, **onde se lê** “adotar providências para o constante aperfeiçoamento do seu pessoal docente **e técnico-administrativo;**” **leia-se** “adotar providências para o constante aperfeiçoamento do seu pessoal docente;”

III – No art. 4º, inciso XV, **onde se lê** “aprovar a elaboração da lista de oferta das disciplinas e aprovar os planos de ensino das diversas disciplinas, após anuência do colegiado;” **leia-se** “**elaborar a lista de oferta de disciplinas de sua responsabilidade e aprovar os planos de ensino das diversas disciplinas, após anuência das coordenações de curso;**”;

IV – Acrescentam-se dois incisos ao art. 4º, os incisos XVI e XVII, passando os demais a seguir a respectiva ordem;

(...)

XVI – sugerir os programas das disciplinas às coordenações de cursos para homologação posterior pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe);

XVII – fixar os pré-requisitos de cada disciplina, com aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe);

(...)

V – O art. 11 passa a vigorar com o acréscimo do § 5º, passando seu antecessor a vigorar como § 6º:

(...)

“§ 5º – Os pontos de pauta das reuniões do Conselho Diretor deverão ser encaminhados ao (a) Secretário (a) do Conselho com a antecedência de 72 (setenta e duas) horas.”

§ 6º – As sessões serão convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, salvo urgência, através de notificação escrita ou email, da qual constará a pauta da sessão.

VI – No art. 12, parágrafo único, **onde se lê “Parágrafo único – A ausência de três reuniões consecutivas ou a quatro alternadas, sem justificativa, implicará na perda do direito de votos.”, leia-se “Parágrafo único – A ausência a três reuniões consecutivas ou a quatro alternadas, sem justificativa, implicará a perda do mandato, sendo solicitada à respectiva categoria a indicação do novo nome.”;**

VII – No art. 17, **onde se lê “Art. 17 - Qualquer manifestação despertada pelo conhecimento do expediente deverá assumir a forma de proposta, moção ou requerimento escrito, os quais serão apreciados depois de esgotada a pauta.”, leia-se “Art. 17 – Qualquer manifestação despertada pelo (des)conhecimento do expediente deverá assumir a forma de proposta, moção ou requerimento escrito, os quais serão apreciados depois de esgotada a pauta, e, no caso de exiguidade de tempo, integrarão a pauta da reunião seguinte.”;**

VIII – No art. 25, **onde se lê “Art. 25 – Qualquer Conselheiro poderá, a qualquer momento, pedir a palavra questão de ordem, a fim de solicitar esclarecimentos ao relator.”, leia-se “Art. 25 – Qualquer Conselheiro poderá, a qualquer momento, solicitar a palavra (“questão de ordem”), a fim de obter esclarecimentos sobre o assunto em análise.”;**

XIX – No art. 29, **onde se lê “Art. 29 – Os recursos serão interpostos para o Conselho Diretor quando as decisões dos Colegiados de Curso não contemplarem as partes interessadas.”, leia-se “Art. 29 – Os recursos serão interpostos para o Conselho Diretor quando as decisões dos Colegiados de Curso não contemplarem as partes interessadas,**

considerando apenas a questão de mérito.”;

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 23 de abril de 2009

Prof. Alan Barbiero

Presidente

jd